



MAPEAMENTO DE  
REQUISITOS PARA A

**PLATAFORMA  
AGROBRASIL  
+SUSTENTÁVEL**



## EXPEDIENTE



Realização  
**Forças-Tarefa Rastreabilidade e  
Transparência, Código Florestal,  
Combate ao Desmatamento,  
Restauração, Silvicultura de  
Espécies Nativas, Fundiária e  
Finanças Verdes**

Elaboração e Redação  
**Cecilia Korber Gonçalves  
Jane Lino  
Louise Cavalcante**

Edição e Revisão  
**Carolle Alarcon  
Elisa Stefan  
Fernando Sampaio  
Isabella Freire  
Renato Grandelle**

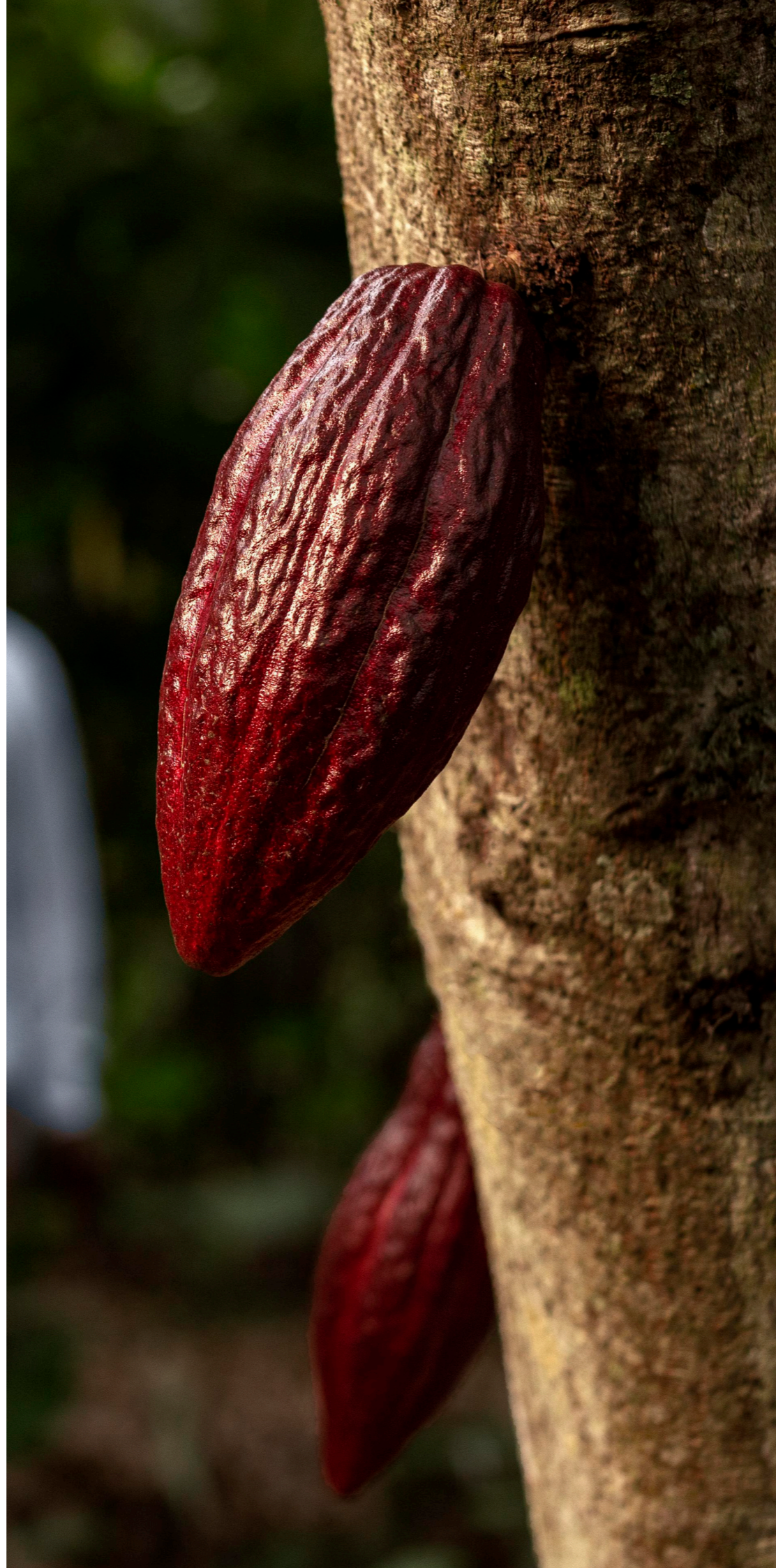
Diagramação e Arte  
**Victoria Vidal**

Publicação  
**Mai 2025**

Elaboração



Apoio



## Sumário

Mensagem dos Líderes da Força-Tarefa Rastreabilidade e Transparência	<b>4</b>
Sumário Executivo	<b>7</b>
Introdução	<b>12</b>
A Plataforma AgroBrasil + Sustentável	
Como o Estudo foi Construído	
A Estrutura da Análise dos Requisitos	
Considerações e Limitações do Estudo	
Análises das Iniciativas e seus Desdobramentos	<b>20</b>
Análise Detalhada dos Critérios de Desmatamento	
Análise dos Critérios	<b>28</b>
Análise do Agrupamento das Iniciativas	<b>29</b>
Análise em Relação ao Incentivo dos Produtores Rurais	<b>31</b>
Análise das Fontes e Base de Dados das Iniciativas e na Qualificação da Plataforma AB+S	
Recomendações da Coalizão Brasil para o Fortalecimento da Plataforma AB+S	<b>36</b>
<b>Anexos</b>	<b>44</b>

## Mensagem dos Líderes da Força-Tarefa de Rastreabilidade e Transparência

Por Fernando Sampaio e Isabella Freire

A construção de cadeias agropecuárias sustentáveis, transparentes e em conformidade com a legislação socioambiental brasileira tem se tornado uma prioridade incontornável para o setor público, o setor privado e a sociedade civil. Nesse contexto, a **Plataforma Agro Brasil + Sustentável (AB+S)** desponta como um instrumento central para organizar e dar visibilidade à qualificação socioambiental das propriedades rurais, potencialmente conectando produtores, compradores, financiadores e políticas públicas em torno de uma visão comum de desenvolvimento sustentável.

A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** acompanha com entusiasmo e compromisso o desenvolvimento da AB+S desde seus primeiros passos, tendo lançado um posicionamento<sup>1</sup> de apoio à plataforma no início de 2024, em nome de toda a sua rede multisetorial. Esta publicação é resultado direto desse engajamento: uma contribuição técnica e estratégica da sociedade civil e do setor privado para o aprimoramento contínuo da plataforma. Ela foi conduzida no âmbito da **Força-Tarefa de Rastreabilidade e Transparência (FT R&T)** da **Coalizão** e construída em diálogo com outras seis Forças-Tarefa: **Código Florestal, Restauração, Silvicultura de Nativas, Combate ao Desmatamento, Fundiária e Finanças Verdes**.

Este esforço conjunto reflete a natureza **transversal e interinstitucional da AB+S**, que, embora liderada pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), depende da integração de dados e ações de diversos órgãos públicos, especialmente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Acreditamos que essa integração é fundamental para que a plataforma atinja todo o seu potencial: conectando instrumentos do Código Florestal, sistemas de monitoramento, políticas de recuperação ambiental, crédito rural e cadeias produtivas livres de desmatamento.

<sup>1</sup> Manifestação de apoio à Plataforma AgroBrasil+Sustentável: <https://coalizaobr.com.br/posicionamentos/manifestacao-de-apoio-a-plataforma-agrobrasilsustentavel/>

Ao mapear mais de 40 iniciativas relevantes – entre regulamentações, certificações, programas públicos e compromissos de mercado –, buscamos contribuir para que a plataforma atenda a variedade de demandas regulatórias e de mercado que recaem sobre a produção agropecuária brasileira, oferecendo caminhos concretos para qualificar, reconhecer e apoiar produtores rurais que avançam na regularização ambiental e nas boas práticas.

A Plataforma AB+S pode vir a ser mais que uma base de dados. Pela primeira vez, tem-se a possibilidade de criar uma infraestrutura pública digital que pode representar uma **nova arquitetura de confiança entre o setor agropecuário, o Estado e a sociedade**, se permitir que informações essenciais sobre conformidade, rastreabilidade e elegibilidade a financiamentos e mercados estejam organizadas, acessíveis e auditáveis, sem infringir a Lei Geral de Proteção de Dados.

A plataforma também poderá, no futuro, apoiar o monitoramento da implementação de políticas públicas como o Plano ABC+, o Plano Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD), o Planaveg, entre outras. Além disso, tem potencial para se tornar uma base estruturante para a rastreabilidade de carbono, possibilitando a demonstração não apenas da legalidade e da conservação associadas à produção agropecuária brasileira, mas também dos avanços concretos na trajetória de descarbonização do setor.

Sua construção depende de um esforço contínuo de governança, interoperabilidade de sistemas e clareza nas regras – mas, sobretudo, de um compromisso com a transparência, com a valorização dos produtores que fazem certo e com a consolidação do Brasil como origem confiável de produtos agropecuários livres de desmatamento e cada vez mais sustentáveis.

Esperamos que esta publicação contribua para esse processo, informando, provocando o debate e inspirando as próximas fases de desenvolvimento da Plataforma AB+S. A Força-Tarefa de Rastreabilidade e Transparência da **Coalizão Brasil** seguirá comprometida com essa agenda, estimulando o diálogo entre os diferentes setores e colaborando para o avanço de políticas públicas robustas, técnicas e legitimadas socialmente.

**Fernando Sampaio**  
**Isabella Freire**

*Líderes da Força-Tarefa de Rastreabilidade e Transparência*  
*Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura*

## Sumário Executivo

Lançada em dezembro de 2024, a Plataforma Agro Brasil + Sustentável (ABS) tem o potencial de ser a principal solução para integrar dados de conformidade socioambiental da produção agropecuária no Brasil. Para isso, a plataforma já oferece serviços de qualificação socioambiental das propriedades rurais e habilitação para o Plano Safra<sup>2</sup>.

De acesso gratuito por meio do login Gov.br, a plataforma já reúne dados oficiais do governo e informações fornecidas pelo mercado, como certificações emitidas por instituições de avaliação de conformidade. Outros módulos, como o de monitoramento socioambiental, estão em desenvolvimento e têm o potencial de informar a conformidade com requisitos de mercados e a elegibilidade a programas de incentivos à produção sustentável.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da Plataforma AB+S, este trabalho mapeou e analisou 40 iniciativas que oferecem benefícios aos produtores em três principais áreas: conformidade, acesso ao mercado e incentivo financeiro. Para garantir uma avaliação abrangente, essas iniciativas foram avaliadas por 20 critérios de conformidade e boas práticas, organizados em seis dimensões: ambiental, social, conformidade, produção, compra responsável e rastreabilidade. O estudo inclui recomendações para garantir o alinhamento da Plataforma AB+S às necessidades dos diferentes atores da cadeia produtiva.

As principais recomendações sobre o conteúdo da Plataforma AB+S são: **garantir transparência** sobre os parâmetros e bases de dados adotados para avaliar atendimento às diversas iniciativas, **tornar requisito mínimo de qualificação socioambiental a análise de embargos ambientais, sobreposição com UCs e desmatamento ilegal**, conforme a PORTARIA SDI/MAPA Nº 721; **ampliar o reconhecimento de certificações socioambientais** reconhecidas pelo mercado, como a Mesa Redonda de Soja Responsável (Round Table on Responsible Soy - RTRS), Programa ProTerra de Certificação Socioambiental (Proterra), Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council - FSC),

---

<sup>2</sup> Governo federal lança a Plataforma Agro Brasil + Sustentável: <https://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-2024/serpro-plataforma-sustentavel#>.

Rainforest Alliance; integrar resultados de sistemas de rastreabilidade socioambiental das iniciativas estaduais, como Selo Verde no Pará e em Minas Gerais, **criar um grupo de trabalho de assessoramento técnico com a participação de atores da cadeia produtiva** que permita uma contribuição efetiva e multissetorial para o desenvolvimento, teste e implementação da plataforma.

A Plataforma AB+S tem o potencial de estruturar suportes e incentivos que promovam a adesão dos produtores, apoiando a requalificação fundiária, conformidade socioambiental e de incentivos de mercado. Como data lake centralizado de bases de dados públicas e oficiais, ela pode viabilizar a harmonização em nível nacional das regras de qualificação e conformidade socioambiental e fundiária, garantindo a segurança dos dados dos produtores e da cadeia de suprimentos.

Por fim, a AB+S pode ampliar a implementação de políticas públicas relevantes, como Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), Plano Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPPD), Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+) e Programa de Financiamento da Produção Agropecuária do Governo Federal (Plano Safra), ao qualificar os produtores rurais e ampliar o reconhecimento e benefícios àqueles que possuem boas práticas. Ainda, a plataforma possui potencial para classificar os imóveis rurais, atividades, ativos ou projetos de acordo com os objetivos e critérios da Taxonomia Sustentável Brasileira (em desenvolvimento)<sup>3</sup>, beneficiando o acesso dos produtores rurais a produtos financeiros sustentáveis.

*Nota: Em reunião com representantes do MAPA em maio de 2025, foi informado que houve avanços no desenvolvimento da Plataforma Agro Brasil + Sustentável. Alguns critérios mencionados no estudo já estão disponíveis na plataforma, e uma atualização da portaria será publicada em breve. Outros critérios também vêm sendo considerados no processo de aprimoramento.*

<sup>3</sup> Coalizão defende aprimorar classificação de sustentabilidade de atividades do agro:  
<https://coalizaobr.com.br/coalizao-defende-aprimorar-classificacao-de-sustentabilidade-de-atividades-do-agro/>

## Contribuições do Estudo para a Plataforma AB+S

É esperado que o estudo apoie a Plataforma AB + S e beneficie os produtores ao ampliar o acesso a mercados, por trazer maior clareza dos mecanismos de qualificação e de incentivos disponíveis para regularização. Além disso, a análise detalhada de iniciativas de mercado visa facilitar a tomada de decisão da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (SDI/Mapa) sobre critérios de conformidade e Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) para a plataforma.

# Introdução

## A Plataforma AgroBrasil + Sustentável

A Plataforma Agro Brasil + Sustentável (AB+S) surge como uma solução estratégica para integrar dados de conformidade socioambiental da produção agropecuária. Seu desenvolvimento tem sido conduzido pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura e Pecuária (SDI/Mapa), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), empresa pública de pesquisa vinculada ao Mapa, e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública de prestação de serviços em tecnologia da informação, com o objetivo de qualificar propriedades rurais e facilitar o acesso a mercados e incentivos econômicos<sup>4</sup>. Desde o início, a plataforma teve apoio da **Coalizão Brasil**, que publicou uma Manifestação de apoio à Plataforma em fevereiro de 2024<sup>5</sup> e vem participando de diálogos que apoiem a sua implementação.

No dia 20 de dezembro de 2024 foi publicada a Portaria MAPA nº 745 em que institui o Programa e a Plataforma AB+S e dispõe sobre as diretrizes, objetivos e sobre a qualificação da produção agropecuária nacional. Em 2025 outras portarias foram publicadas para compor a implementação da Plataforma: a Portaria SDI/Mapa Nº 721 regulamenta os procedimentos operacionais da plataforma, determinando os requisitos para qualificação socioambiental e que as informações são garantidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A Portaria SDI/Mapa Nº 722 autoriza o Serpro a disponibilizar dados da Plataforma às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil. E a Portaria Interministerial Mapa/MF Nº 22 reconhece as instituições certificadoras, Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (Opacs) e instituições reconhecidas pelo Mapa nos Programas de Produção Integrada (PI Brasil) e de Boas Práticas Agrícolas (BPA) no âmbito da Resolução nº 5.152/2024 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

<sup>4</sup> Plataforma Agro Brasil+Sustentável é apresentada à comissão da União Europeia: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/plataforma-brasil-sustentavel-e-apresentada-a-comissao-da-uniao-europeia>

<sup>5</sup> Manifestação de apoio à Plataforma AgroBrasil+Sustentável: <https://coalizaobr.com.br/posicionamentos/manifestacao-de-apoio-a-plataforma-agrobrasilsustentavel/>

A Plataforma já está disponível aos usuários no Portal Gov.br e produtores rurais poderão contratar financiamentos de custeio no âmbito do Plano Safra 2024/25 com desconto de 0,5 ponto percentual nas taxas de juros por boas práticas ambientais<sup>6</sup>.

## Objetivo do Mapeamento de Requisitos para a Plataforma AB+S pela Coalizão Brasil

- Contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da Plataforma AgroBrasil + Sustentável.
- Identificar pontos de convergência entre os membros da **Coalizão** sobre as funcionalidades e objetivos da Plataforma.
- Mapear e priorizar iniciativas de mercado com potencial de integração à Plataforma, incluindo regulamentações internacionais (como as da União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos), compromissos setoriais relevantes (como a Moratória da Soja e o Boi na Linha), além de certificações socioambientais reconhecidas.
- Facilitar a tomada de decisão do Mapa sobre critérios de compliance socioambiental úteis e acessíveis aos produtores rurais.
- Engajar atores estratégicos das cadeias produtivas e da sociedade civil para identificar iniciativas, critérios e requisitos considerados prioritários, contribuindo com subsídios técnicos qualificados à construção de uma plataforma robusta, legítima e alinhada aos desafios da produção agropecuária sustentável.

<sup>6</sup> Mapa - Relatório emitido pela Plataforma AgroBrasil + Sustentável vai possibilitar agregação de valor à produção agropecuária. Propriedades rurais que apresentem práticas de sustentabilidade vinculadas a programas do Mapa têm direito a uma bonificação de 0,5% de desconto nas operações de custeio, conforme a Resolução nº 5152 do Conselho Monetário Nacional (CMN): <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/relatorio-emitido-pela-plataforma-agrobrasilsustentavel-vai-possibilitar-agregacao-de-valor-a-producao-agropecuaria>

## Como o Estudo Foi Construído

A pesquisa baseou-se em uma abordagem estruturada, envolvendo múltiplas fontes de informação e participação de diferentes organizações-chave do setor agropecuário. O processo seguiu os seguintes passos:

- 1. Consulta inicial:** Foram realizadas apresentações aos membros da **Coalizão** sobre o escopo do projeto, a metodologia proposta e a estrutura inicial da tabela de identificação das principais demandas do setor agropecuário. O objetivo inicial foi avaliar a adequação e a clareza, na visão dos membros da Coalizão, relacionadas à nomenclatura, estrutura da tabela e análises prévias realizadas por outras organizações e iniciativas: Boi na Linha, Regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento (EU Deforestation Regulation - EUDR), Federação Europeia dos Fabricantes de Alimentos Compostos (European Feed Manufacturer's Federation - Fecaf) e Programa de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (RenovAgro). Outro procedimento essencial foi identificar outras iniciativas que deveriam ser avaliadas, assim como novas funcionalidades para a plataforma, além das que já haviam sido previstas até aquele momento. Os líderes da FT Rastreabilidade & Transparência também apresentaram a proposta do projeto à SDI/Mapa, que comentou ser relevante o mapeamento de regulamentações internacionais adicionais à EUDR, pois essa já estava sendo considerada em sua construção.
- 2. Mapeamento completo das iniciativas:** Com base nas consultas realizadas, foram selecionadas 40 iniciativas - entre regulamentações internacionais, certificações, programas de incentivo e iniciativas setoriais. A seleção foi orientada pela representatividade dessas iniciativas no contexto brasileiro, sua compatibilidade com os critérios da Plataforma AB+S e pelas contribuições ao longo do processo. Uma versão prévia foi apresentada ao Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e Indicações Geográficas (DECAP/SDI/Mapa), para comentários iniciais sobre o mapeamento, tendo sido validado como um produto importante para a instituição avançar com a implementação da AB+S.

- 3. Apresentação a FTs:** a planilha foi compartilhada para comentários e sugestões de membros de sete Forças-Tarefa da **Coalizão Brasil** antes de sua publicação: Código Florestal, Restauração, Silvicultura de Espécies Nativas, Combate ao Desmatamento, Fundiária, Finanças Verdes e Rastreabilidade e Transparência para comentários e sugestões.

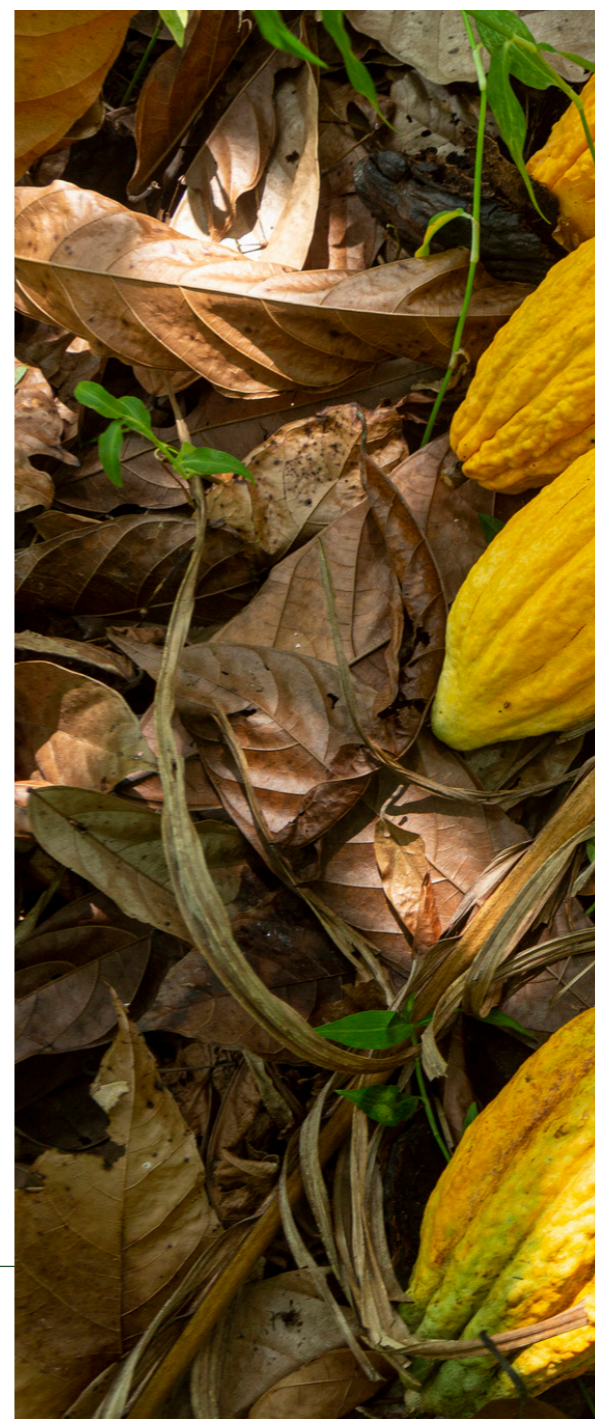
## Por que consultar os membros da Coalizão Brasil é importante?

A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** reúne mais de 430 membros de diferentes setores — incluindo grandes representantes das cadeias da carne, soja e agricultura, organizações da sociedade civil, academia e centros de pesquisa. Essa diversidade torna a **Coalizão** um espaço legítimo de construção de propostas sustentáveis e equilibradas.

Consultar sua rede permite que recomendações reflitam entendimentos amplamente compartilhados entre setores estratégicos, reunindo desde especialistas com visão técnico-científica até atores que atuam diretamente nas cadeias produtivas da agricultura brasileira. Isso confere maior robustez às propostas, alinhando conhecimento, prática e viabilidade política, e oferecendo ao poder público subsídios qualificados para decisões mais eficazes e implementáveis.

Saiba mais sobre quem integra a rede da Coalizão acessando: [www.coalizaobr.com.br](http://www.coalizaobr.com.br)

Paralaxis/iStock



## A Estrutura da Análise dos Requisitos

A análise foi estruturada para avaliar as iniciativas mapeadas sob duas perspectivas principais: a categorização das iniciativas e os suportes, incentivos e benefícios ao produtor.

Na primeira abordagem, as iniciativas são divididas em seis categorias principais:

As **Regulamentações Internacionais** incluem normas como o EUDR<sup>7</sup> e o UK Forest Risk Commodities (FRC<sup>8</sup>), que estabelecem exigências para a importação de commodities sem desmatamento. Os **Compromissos Públicos e Privados** abrangem acordos como o TAC da Carne<sup>9</sup> e a Moratória da Soja<sup>10</sup>, que visam reduzir impactos socioambientais nas cadeias produtivas. As **Certificações Socioambientais**, como a RTRS<sup>11</sup> e o FSC<sup>12</sup>, garantem a adoção de boas práticas sustentáveis. As Iniciativas Setoriais de Sustentabilidade, como o GIPS<sup>13</sup> e a CMA<sup>14</sup>, reúnem atores do setor para promover padrões responsáveis. Já os **Programas de Incentivo Financeiro e Políticas Públicas**, como o Plano ABC<sup>15</sup> e o RenovaBio<sup>16</sup>, fomentam práticas agrícolas sustentáveis por meio de políticas governamentais e apoio à implementação.

Por fim, os **Programas de Rastreabilidade e Monitoramento**, como o Programa de Rastreabilidade e Monitoramento de Iniciativas Privadas (PRIMI) e o Selo Verde<sup>17</sup>, buscam garantir a transparência na origem dos produtos e o cumprimento de critérios socioambientais. Esse agrupamento permitiu identificar padrões entre diferentes tipos

7 EU Deforestation Regulation (EUDR): [https://green-business.ec.europa.eu/deforestation-regulation-implementation\\_en](https://green-business.ec.europa.eu/deforestation-regulation-implementation_en)  
 8 UK Forest Risk Commodity Regulation (UKFRC) <https://www.agindustries.org.uk/resource/uk-forest-risk-commodity-regulation-ukfrc-and-eu-deforestation-regulation-eudr-frequently-asked-questions.html#>  
 9 Boi na Linha: <https://www.boinalinha.org/>  
 10 Soja na Linha: <https://www.sojanalinha.org/en/>  
 11 Responsible Soy (RTRS): <https://responsiblesoy.org/?lang=pt-br>  
 12 FSC Brasil: <https://www.br.fsc.org/br-pt>  
 13 PIPS: <https://pips.org.br/>  
 14 WWF – Declaração de Carne Sustentável da China: <https://www.wwf.org.br/?61882/China-Meat-Association-And-Its-64-Chinese-Company-Members-Jointly-Announce-Chinese-Sustainable-Meat-Declaration-with-WWF>  
 15 Plano ABC+ (MAPA): <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabc-abcmais>  
 16 RenovaBio: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/renovabio>  
 17 Seloverde: <https://seloverde.info>

de iniciativas e sua relação com as exigências socioambientais e de mercado.

Além disso, para compreender o impacto direto sobre os produtores rurais, foi realizada uma análise sob a ótica dos suportes e incentivos ao produtor. Essa abordagem buscou classificar as iniciativas conforme os seguintes eixos:

1. **Acesso ao Mercado** – Identificação de oportunidades, exigências e facilidades que permitem a comercialização dos produtos em mercados específicos, garantindo que os produtores atendam a padrões estabelecidos.
2. **Conformidade** – Avaliação dos requisitos legais e normativos exigidos para operação nos mercados-alvo, assegurando regularidade ambiental e social.
3. **Suporte e Incentivo Financeiro** – Mapeamento de subsídios, linhas de crédito e financiamentos disponíveis para produtores que adotam práticas sustentáveis e cumprem critérios socioambientais.

Essa abordagem possibilitou a visualização de como diferentes iniciativas impactam a viabilidade econômica e a regularização da produção agropecuária, além de oferecer subsídios para aprimorar a Plataforma AB+S no suporte aos produtores.

Regulamentações Internacionais	Compromissos Públicos e Privados	Certificações socioambientais
EU Deforestation Regulation (EUDR)	Compromisso Público da Pecuária	Round Table on Responsible Soy (RTRS)
UK Forest Risk Commodities (FRC)	Termos de Ajustamento de Conduta do Programa Carne Legal (TAC da Carne)	ProTerra
The US Forest Act	Boi na Linha	Forest Stewardship Council® - FSC
US Policy Framework to Combat Commodity-Driven Illegal Deforestation	Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado no Cerrado	Regenagri
	SIRFLOR	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg)
	PREM	Verified Carbon Standard
	Moratória da Soja	Social Carbon
	Protocolo Verde dos Grãos do Pará	Cercarbono
	Controle de Supressão do Cerrado (CSA Cerrado)	Gold Standard
		Open Carbon Protocol

Joao Bento da Silva/iStock



Iniciativas Setoriais de Sustentabilidade	Programas de Incentivo Financeiro e Políticas Públicas	Programas de Rastreabilidade e Monitoramento
Fefac	RenovAgro	Selo Verde PA
Guia de Indicadores de Pecuária Sustentável da Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável (MBPS - GIPS)	RenovaBio	Selo Verde MG
Chinese Sustainable Meat Declaration da China Meat Association (CMA)	Plano ABC	Protocolo do Programa de Rastreabilidade Individual para Monitoramento de Indiretos (PRIMI)
	Plano ABC+ (Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária)	Boas Práticas para o monitoramento de fornecedores indiretos do Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos (GTFI)
	Plano Safra	
	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)	
	Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD)	
	Recooperar	
	Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 5.193/2024	
	Taxonomia Sustentável Brasileira	

Tabela 1 - Esquema de classificação das iniciativas analisadas por categoria



A análise dos critérios socioambientais foi feita considerando cinco dimensões principais:

1. A **dimensão ambiental** abrange critérios como desmatamento, restauração, conservação, embargos ambientais, focos de queimadas, emissões de gases de efeito estufa, manejo do solo, resíduos de produção, qualidade das águas superficiais e subterrâneas, além do uso de agroquímicos.
2. A **dimensão social** inclui aspectos relacionados ao trabalho escravo, condições de trabalho responsáveis, trabalho infantil e os direitos de Povos Indígenas e Comunidades Locais.
3. A **dimensão de conformidade legal e licenciamento** considera o cumprimento do Código Florestal, a posse legal da terra e a obtenção de licenças e autorizações ambientais.
4. A **dimensão de produção** engloba a integração de sistemas produtivos.
5. A **dimensão de compra responsável** envolve a coleta e análise de dados, além da rastreabilidade da produção, garantindo maior transparência na cadeia de fornecimento.

**Identificação das bases de dados:** Foram avaliadas as bases utilizadas pelas iniciativas para garantir a confiabilidade das informações, bem como a identificação de bases complementares. A análise das bases de dados permitiu identificar oportunidades para fortalecer o monitoramento socioambiental na Plataforma AB+S.

### **Considerações e Limitações do Estudo**

A definição dos critérios analisados foi feita antes da publicação das portarias que dão transparência sobre a implementação da Plataforma Agro Brasil + Sustentável. Sendo assim, o estudo não segue a estrutura da Plataforma, como estabelecida em março de 2025. Ainda assim, é possível ver uma correlação de critérios essenciais da tabela deste estudo para a qualificação socioambiental da Plataforma.

Buscou-se representar a visão dos produtores no desenvolvimento deste trabalho nos setores da soja, pecuária e cana de açúcar. O envolvimento direto dos



Mirages-nl/iStock

produtores em uma próxima etapa do desenvolvimento da plataforma é recomendado para garantir aderência às necessidades desse público.

Ainda em relação aos produtores, não foi avaliado se as iniciativas deste estudo têm um impacto maior para os produtores grandes e médios, ou se focam na inclusão de pequenos produtores e da agricultura familiar.

Por fim, a análise da planilha completa permite avaliar individualmente cada iniciativa em relação aos critérios definidos pelo estudo para maior detalhamento. Buscou-se uma abordagem direta das iniciativas com a menor interpretação e inferência possíveis. No entanto, com o objetivo de consolidar um material que fosse útil aos usuários, foram feitos resumos e citações diretas de trechos das iniciativas, que podem ter interpretações diferentes em função do uso e do contexto da avaliação. Sendo assim, essa análise não é definitiva e complementações e alterações podem ser feitas para maior detalhamento, ajustes em relação às expectativas dos membros da **Coalizão** e outros usuários do estudo.

Buscou-se identificar os mecanismos de desbloqueio do produtor para aqueles que não cumprem os critérios e parâmetros definidos pelas iniciativas. Entretanto, essa informação não é amplamente disponível e por isso não recebeu destaque neste relatório.





## **Análise Detalhada do Critério de Desmatamento**

A análise detalhada dos critérios permite avaliar os diferentes parâmetros que cada iniciativa adota e o impacto para harmonização na Plataforma AB+S.

As iniciativas analisadas adotam diferentes definições para o critério de desmatamento: algumas consideram o desmatamento zero, como no caso do CPP; outras, apenas o desmatamento ilegal, como nos TACs. Há ainda aquelas que se referem especificamente à deflorestação, como a EUDR; ou ao desmatamento incluindo a conversão de vegetação nativa, como estabelece o Protocolo do Cerrado. A data de corte também varia: pode seguir a legislação local ou o Código Florestal brasileiro — como na Moratória da Soja — ou adotar um marco específico, como 3 de junho de 2016, no caso da RTRS.

Um aspecto relevante para a parametrização da AB+S é a definição dos tamanhos mínimos a serem considerados, tanto em relação à área da propriedade rural — como no caso das boas práticas do GTFI, aplicáveis apenas a imóveis acima de 100 hectares — quanto ao tamanho do polígono de desmatamento ou desflorestamento — como no Protocolo Verde de Grãos do Pará, que adota o recorte do Prodes Amazônia para áreas superiores a 25 hectares. As bases de dados, quando citadas, que consideram o monitoramento deste critério são o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes)<sup>18</sup> e o Cadastro Ambiental Rural (CAR)<sup>19</sup>, mostrando consistência.

Como exemplo, o Boi na Linha, o Protocolo do Cerrado e a Moratória da Soja já estabelecem as regras de desbloqueio dos fornecedores que tenham irregularidades ou não conformidades em relação ao desmatamento ou desflorestação.

Por fim, a Resolução CMN nº 5.081/2023 estabelece critérios socioambientais obrigatórios para a concessão de crédito rural, sendo um dos principais marcos regulatórios nesse sentido. Ela veda o acesso ao crédito para imóveis com embargos ambientais decorrentes de desmatamento ilegal e para aqueles com CAR suspenso ou cancelado. Essas exigências se aplicam a todas as linhas de financiamento, inclusive no âmbito do Plano ABC, Plano ABC+ e Plano Safra.

Já programas voltados à recuperação de passivos ambientais e áreas degradadas, como o PNCPD, o Planaveg e a plataforma Recooperar, assumem que os beneficiários possuem áreas com degradação ambiental, incluindo vegetação

18 Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite, vide: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

19 Regularização Ambiental - Cadastro Ambiental Rural, vide em: <https://car.gov.br/#/>

nativa suprimida, sendo essas as áreas elegíveis para restauração com apoio técnico e financeiro.

A Taxonomia Sustentável Brasileira, ainda em construção, poderá aprofundar esses critérios ao estabelecer parâmetros claros para o direcionamento de recursos a atividades ambientalmente sustentáveis.

**Fica claro, por este exemplo, que a SDI/Mapa precisará parametrizar individualmente cada iniciativa na Plataforma AB+S para garantir uma qualificação adequada das propriedades em relação ao desmatamento.**

Embora seja possível adotar o Código Florestal como base de referência para a conformidade legal, é fundamental que os parâmetros utilizados sejam explicitados de forma transparente. Isso permitirá aos usuários compreender se uma iniciativa pode ser automaticamente reconhecida ou se requer uma avaliação específica, especialmente nos casos em que há exigências adicionais ao marco legal, como no caso da EUDR.

Paralaxis/iStock

Iniciativas	Critério de Desmatamento
EUDR	A EUDR proíbe (...) desmatamento após <b>31/12/2020</b> (Parágrafo 46). (...) de uma extensão superior a <b>0,5 hectares</b> (...)”
UK (FRC)	Empresas e organizações (...) não devem usar commodities de risco florestal que tenham sido produzidas em <b>terras ilegalmente ocupadas ou utilizadas</b> (...).
The US Forest Act	O ato propõe proibir a importação de produtos derivados de commodities produzidas em terras que sofreram <b>desmatamento ilegal</b> após a promulgação da lei. (...).
US Policy Framework	A política visa reduzir o desmatamento global, com foco específico no <b>desmatamento ilegal</b> relacionado à produção de commodities agrícolas.
CPP	O compromisso proíbe a aquisição de gado de fazendas que tenham desmatado no Bioma Amazônia após <b>05/outubro/2009</b> .
TAC	Os TACs proíbem a aquisição de gado proveniente de áreas desmatadas ilegalmente após <b>22 de julho de 2008 na Amazônia Legal</b> (...) área igual ou superior a 6,25 hectares. (...).
BnL	<b>Desmatamento ilegal</b> , (...) de desmatamento isolado e/ou acumulado com área igual ou superior a 6,25 hectares detectados <b>após 22/07/2008</b> . (...) <b>Desmatamento Zero</b> (...) <b>após 05/10/2009</b> .
Protocolo do Cerrado	O protocolo monitora o desmatamento e a conversão de vegetação nativa (...) para identificar desmatamentos superiores a <b>6,25 hectares ocorridos após 31/12/2020</b> .
Moratória da Soja	A moratória (...) proibindo a aquisição de soja proveniente de áreas desmatadas no Bioma Amazônia após <b>22 de julho de 2008</b> (...) com área maior que <b>25 hectares</b> .
Protocolo Verde	O protocolo proíbe a aquisição de grãos provenientes de áreas desmatadas ilegalmente no Bioma Amazônia após <b>22 de julho de 2008</b> , (...) considerar áreas <b>maiores de 25 ha</b> .
CSA Cerrado	O CSA Cerrado visa impedir a aquisição ou financiamento de soja cultivada em áreas desmatadas ou convertidas ilegalmente <b>sem ASV a partir de 1º/08/2020</b> .
FEFAC	A FEFAC tornou essencial o critério de não conversão de ecossistemas naturais após <b>31 de dezembro de 2020</b> (...).
RTRS	Depois de <b>3 de junho de 2016</b> , não é permitida qualquer conversão de terras naturais ou encostas íngremes e em áreas designadas por lei (...). - Critério 4.4.2
ProTerra	ProTerra proíbe o desmatamento de áreas de vegetação nativa, especialmente aquelas de Alto Valor de Conservação (AVC), <b>após 2008</b> (Princípio 4.1)
FSC	Critério 6.9: A conversão de florestas para plantações ou outros usos não florestais <b>não ocorre</b> , exceto em circunstâncias limitadas.
Regenagri	Critérios de Elegibilidade: A organização não pode estar envolvida em desmatamento <b>desde 1º de janeiro de 2008</b> .

Iniciativas	Critério de Desmatamento
SisOrg	O decreto não menciona desmatamento explicitamente, mas exige o <b>respeito às normas ambientais e preservação da biodiversidade</b> .
VCS	O VCS inclui metodologias para projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) (...)
MOBS - GIPS	O GIPS avalia práticas relacionadas ao desmatamento, incentivando a <b>conformidade com a legislação ambiental</b> para evitar a supressão ilegal de vegetação nativa.
CMA	Menciona compromisso em <b>evitar desmatamento e conversão de vegetação</b> natural.
RenovAgro	Propriedades com desmatamento ilegal após <b>31/07/2019</b> enfrentarão <b>restrições, a partir de 2026</b> , exigindo comprovação de legalidade ou regularização Programa de Regularização Ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (PRA/TAC).
RenovaBio	A produção deve ocorrer em áreas onde não tenha havido supressão de vegetação nativa após 27 de novembro de 2018.
Plano ABC	O Plano ABC não impõe restrições diretas à captação de recursos em casos de desmatamento, pois sua ênfase está na promoção de sistemas, práticas e processos de produção sustentáveis (SPSABC), com base em uma abordagem integrada da paisagem voltada à adaptação e mitigação das mudanças climáticas.
Plano Safra	Haverá restrição à concessão de crédito em áreas com desmatamento (legal ou ilegal) após 31/07/2019, a partir de 2026, salvo comprovação de regularidade (ex: ASV ou adesão ao PRA).
Planaveg	O Planaveg visa promover o planejamento integrado para a recuperação de áreas desmatadas (...)
PNCPD	Visa converter pastagens degradadas em sistemas produtivos sustentáveis, condicionando o acesso aos instrumentos do plano à conformidade com o Código Florestal, incluindo o cumprimento do PRA, quando aplicável (Decreto nº 11.815/2023).
Selo Verde PA	O Selo Verde monitora propriedades quanto ao desmatamento, considerando <b>1º de agosto de 2008</b> superiores a <b>6,25 hectares</b> como referência para regularizações no contexto do Código Florestal e CAR.
Selo Verde MG	O Selo Verde monitora propriedades quanto ao <b>desmatamento ilegal e total, considerando 1º de agosto de 2008</b> como referência (...)
PRIMI	O PRIMI monitora propriedades para garantir que não haja <b>desmatamento (ilegal e zero)</b> , (...) Data de corte: Ilegal: <b>22/07/2008</b> e Zero (Legal +Ilegal): <b>31/12/2020</b>
GTFI	As propriedades de fornecedores indiretos (nível 1 acima de 100ha) são monitoradas para identificar desmatamento, (...) <b>após 1º/08/2019</b> são consideradas não conformes.
Fontes/bases	PRODES; Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Tabela 2 - Critérios de desmatamento nas iniciativas analisadas (exemplos)

## Análises dos critérios

No “Tabelão de Mapeamento das Iniciativas e Dimensões para a Plataforma AB+S”, observa-se que as iniciativas avaliadas demonstram um foco significativo nos critérios de desmatamento, restauração, conservação e conformidade ambiental. Em contraste, critérios ambientais associados às boas práticas agrícolas — como o uso de agrotóxicos, manejo do solo e uso da água — apresentam menor cobertura pelas iniciativas mapeadas. Na dimensão social, o critério relacionado ao trabalho análogo à escravidão se destaca pela alta aderência, sendo contemplado por um número significativo de iniciativas.

Observa-se que critérios de direitos humanos — como trabalho decente e inclusão de comunidades locais — e critérios associados a práticas agropecuárias — como a integração lavoura-pecuária e a recuperação de áreas degradadas — apresentam menor quantidade de parâmetros mensuráveis descritos nas iniciativas avaliadas. Além disso, essas categorias fazem menos referências a bases de dados públicas e acessíveis. Isso indica que o monitoramento e a qualificação das propriedades rurais nesses temas exigem mecanismos distintos daqueles aplicáveis a critérios passíveis de verificação remota, como análises geoespaciais ou cruzamento de listas com CPF/CNPJ. Nesses casos, a comprovação tende a depender da apresentação de certificados emitidos por instituições asseguradoras, com base em protocolos técnicos e procedimentos de auditoria e verificação in loco.

## Análise do agrupamento das iniciativas

Ao examinar o “Tabelão de Mapeamento das Iniciativas e Dimensões para a Plataforma AB+S”, observa-se outro ponto de destaque: algumas iniciativas apresentam alta aderência aos cinco conjuntos de critérios analisados — ambiental, social, conformidade legal, produção e compra responsável. Entre as certificações voltadas ao acesso ao mercado, destacam-se a RTRS (cadeia da soja) e a FSC (setor de madeira), que contemplam critérios em todas as dimensões avaliadas. Também merece menção a iniciativa ProTerra (soja), que cobre todos os critérios, com exceção da dimensão de produção.

As Iniciativas de sustentabilidade de acesso a mercado também apresentaram um alto grau de aderência em destaque para a Fefac (soja) e MBPS - GIPS (Cadeia da Carne).

# Análise em relação aos incentivos aos produtores rurais

A fim de compreender como as iniciativas se relacionam com os incentivos oferecidos aos produtores rurais, elas foram agrupadas de acordo com sua finalidade principal, organizadas em três categorias: **conformidade legal, incentivo financeiro e acesso a mercados**.

Seguindo a sequência, as iniciativas com foco em conformidade legal (como o TAC da carne) avaliam desmatamento, conservação, embargos ambientais, Código Florestal e coleta e análise de dados. Esse último critério é interessante pois não é um critério de destaque para os demais agrupamentos, e demonstra como essas iniciativas estão estruturadas para garantir precisão, atualidade e acessibilidade das informações para apoiar a tomada de decisões e a conformidade com regulamentações. As iniciativas com foco em incentivo financeiro também focam em Código Florestal, mas tem um foco diferenciado em práticas que incentivam a integração de sistemas de produção que tem um benefício direto na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), sendo alinhado à primeira fase já implementada da plataforma de obtenção de juros reduzido no Plano Safra.

**A Plataforma poderá consolidar os requisitos mínimos de conformidade socioambiental já exigidos para o acesso ao crédito rural**, como o impedimento a empregadores incluídos na lista de trabalho escravo, vigente desde 2012.

Além disso, poderá incorporar os novos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.193/2024, que exigirá, a partir de 2026, a verificação de desmatamento após 31/07/2019, condicionando o crédito à comprovação de regularidade ambiental. A integração desses critérios amplia a transparência e fortalece o alinhamento com as exigências regulatórias e as boas práticas do mercado<sup>20</sup>.

Por fim, as iniciativas para acesso ao mercado têm um foco grande no desmatamento, conformidade ambiental e na rastreabilidade da produção. É importante ressaltar este último critério, pois a rastreabilidade garante que toda a documentação necessária seja devidamente registrada e mantida, em conformidade com as normas legais, sanitárias e de sustentabilidade, acompanhando todas as etapas do ciclo de vida dos produtos.

Portanto, é essencial nestas iniciativas que os produtores e demais elos disponibilizem as informações necessárias para permitir a rastreabilidade completa da produção e que o benefício (bônus, prêmio, valor diferenciado) possa ser transferido a todos da cadeia. Além disso, há um destaque para as certificações socioambientais que, como mencionado anteriormente, atendem ao maior número de critérios relacionados a esta área entre todas as iniciativas avaliadas, até mesmo entre as demais iniciativas de mercado.

<sup>20</sup> Não foram encontrados os requisitos mínimos a partir das informações avaliadas: 'Renovagro - O que pode ser financiado'; CMN ajusta normas sobre impedimentos sociais, ambientais e climáticos para concessão de crédito rural; Renovabio; Painel Dinâmico de Certificações de Biocombustíveis RenovaBio; Plano ABC mais; Agricultura Baixo Carbono; Plano ABC e ABC+; Governo Federal lança Plano Safra 24/25; Plano Safra 2024-25; Resumo Plano Safra - Pronaf - 2024 2025; Planaveg\_2025-2028; D11815



### **Análise das Fontes e Base de Dados das Iniciativas e na Qualificação da Plataforma AB+S**

Na tabela ao lado é apresentado um compilado das 16 bases de dados que são citadas como referências pelas iniciativas, quando mencionadas (segunda coluna). Essas bases de dados são comparadas na terceira coluna com os requisitos de qualificação socioambiental definidos pela Portaria SDI/Mapa Nº 721. Foi sinalizado com um “✓” as bases de dados que são requisitos para as iniciativas e para a AB+S e um “!” para os elementos que consideramos uma lacuna.

Entendemos que algumas bases de dados são essenciais e devem compor os critérios mínimos de qualificação socioambiental da propriedade rural na Plataforma AB+S — entre elas, os registros de embargos ambientais, as sobreposições com Unidades de Conservação (UCs) e os dados do Prodes para identificação de desmatamentos ilegais. Além dessas, outras bases relevantes ainda pouco utilizadas pelas iniciativas analisadas também poderiam ser incorporadas e fortalecidas por meio da Plataforma, como o Deter (monitoramento de focos de incêndio), o programa Amazônia Protege e o MP Desmate Zero. Acreditamos que a inclusão dessas bases já esteja em avaliação pela SDI/Mapa e que, para garantir a legitimidade das análises, elas possam futuramente ser incorporadas às Portarias que regulamentam a Plataforma.

Adicionalmente, foi avaliado o documento publicado pela Abrampa<sup>21</sup> e CNMP<sup>22</sup>, “Diretrizes de devida diligência ambiental para compras de produtos brasileiros pela União Europeia pautadas pelo Regulamento UE nº 1115/2023”<sup>23</sup>, que teve, entre outros objetivos, o de contribuir com a legislação nacional ambiental aplicável e os instrumentos nacionais que podem e devem ser utilizados para verificar a conformidade ambiental dos produtos. É possível verificar que somente as bases do CAR, TIs e TQs são consideradas pelas iniciativas avaliadas neste estudo, pelos requisitos de qualificação socioambiental da AB+S e pela Abrampa/CNMP. Os desafios do monitoramento das propriedades rurais passam pela integração, atualização periódica, disponibilidade das bases, entre outros.

21 Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente

22 Conselho Nacional do Ministério Público

23 Diretrizes de devida diligência ambiental para compras de produtos brasileiros pela União Europeia pautadas pelo Regulamento UE nº 1115/2023. Publicado/atualizado em 18/12.2024, acessado em: 11/03/2025, disponível em: [https://abrampa.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Diretrizes\\_Diligencia\\_Ambiental\\_UE\\_ABRAMPA\\_CNMP\\_atualiz.pdf](https://abrampa.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Diretrizes_Diligencia_Ambiental_UE_ABRAMPA_CNMP_atualiz.pdf)

### **Matriz de Bases de Dados para Qualificação Socioambiental**

<b>Fontes/bases</b>	<b>Iniciativas do estudo</b>	<b>Qualificação Plataforma AB+S</b>	<b>Estudo Abrampa e CNMP</b>
Cadastro Ambiental Rural (CAR)	✓	✓	✓
Terras Indígenas (TI)	✓	✓	✓
Territórios Quilombolas (TQ) INCRA	✓	✓	✓
Lista Suja do Trabalho Escravo (MTE)	✓	✓	
CCIR/SNCR	✓	✓	
Prodes	✓	!	✓
Lista de Áreas Embargadas do IBAMA	✓	!	✓
Unidades de Conservação (UCs): ICMBio	✓	!	✓
Lista de áreas embargadas da Sema MT	✓	!	✓
Lista de áreas embargadas da Semas PA	✓	!	✓
GTA - Guia de transporte dos animais	✓		✓
Selo Verde Pará	✓		✓
LAR Licença ambiental rural	✓		✓
Deter – TerraBrasilis	✓		✓

Fontes/bases	Iniciativas do estudo	Qualificação Plataforma AB+S	Estudo Abrampa e CNMP
Lista de Áreas Embargadas do ICMBio	✓		✓
Focos de queimada Ibama, SISCOM	✓		
Selo Verde Minas Gerais	✓		
Sistema de Restauração Florestal (Sirflor)	✓		
SINAFLO (Uso Alternativo do Solo e ASV)			✓
Sistema DOF + Rastreabilidade: Ibama			✓
Sisbov MAPA			✓
MapBiomas Alerta			✓ <sup>1</sup>
Plataforma Timber Flow			✓
Sigef - Sistema de Gestão Fundiária			
Terraclass			
Amazônia Protege			
MP Desmate Zero			

1 Além de Mapbiomas e Deter, o estudo também sugere os sistemas Brasil MAIS, SAD Imazon, GLAD, JJ-FAST e SIPAMSAR. Inclui informações sobre cada um deles e os critérios que tornam um ou outro sistema seja mais vantajoso em cada situação específica.

Para garantir o acesso seguro e eficiente ao sistema e às funcionalidades técnicas da plataforma, os usuários dos dados deveriam poder acessar a informação via sistema Gov.br ou por APIs. O API (do inglês Application Programming Interface, ou Interface de Programação de Aplicações) é uma ferramenta que permite a comunicação automatizada entre sistemas distintos. No contexto da plataforma, uma API possibilitaria que empresas, instituições financeiras ou outros usuários integrassem seus próprios sistemas diretamente à base de dados da plataforma. Assim, em vez de acessarem manualmente informações como embargos, CAR ou ASV de cada propriedade rural, esses usuários poderiam consultar ou enviar dados de forma automática, segura, padronizada e em grande escala, aumentando a eficiência e a utilidade da plataforma.

fotokostic/iStock



## Recomendações da Coalizão Brasil para o Fortalecimento da Plataforma AB+S

Primeiramente, reforçamos a importância da implementação da Plataforma Agro Brasil + Sustentável com os recursos e bases de dados disponíveis, mesmo que novas funcionalidades e melhorias sejam implementadas ao longo do tempo. A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** acredita que a Plataforma será um instrumento fundamental para consolidar dados públicos relevantes sobre a produção rural brasileira, promovendo maior transparência, rastreabilidade e acesso a incentivos econômicos para a produção sustentável.

A análise realizada neste estudo evidencia a complexidade envolvida na integração de diferentes iniciativas de mercado, certificações, programas públicos e regulamentações internacionais em uma única plataforma. Cada iniciativa avaliada estabelece critérios próprios para mensurar conformidade e boas práticas, o que exige que a Plataforma AB+S garanta total transparência sobre os parâmetros adotados, permitindo que usuários compreendam os limites e alcances de cada avaliação. Essa clareza é necessária para que o sistema seja percebido como legítimo e útil, especialmente pelos produtores, financiadores e compradores.

É importante reconhecer que o atual arcabouço jurídico da Plataforma AB+S, sustentado exclusivamente por atos infralegais do MAPA, apresenta limitações. As portarias ministeriais, embora tenham força normativa no âmbito da administração pública federal — sobretudo para políticas de crédito rural e programas sob sua alçada —, permanecem insuficientes diante da ausência de validação por parte de outros órgãos competentes, como o Ministério do

Meio Ambiente e governos estaduais. Nesse sentido, **recomenda-se fortalecer a base jurídica e institucional da Plataforma**, considerando instrumentos normativos que promovam maior legitimidade, segurança jurídica e integração entre ministérios e entes federativos. A formalização dos procedimentos operacionais nas portarias contribui para mitigar fragilidades jurídicas, mas ainda carece de respaldo mais robusto para garantir sua legitimidade e efetividade em escala nacional.

Adicionalmente, sugere-se a realização de uma discussão ampla sobre os **critérios mínimos de qualificação socioambiental para fins de conformidade legal**. Embora ainda não haja uniformidade sobre todos os parâmetros a serem monitorados, destacam-se como referências as determinações do Ministério Público Federal no âmbito dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs da Carne) e as diretrizes do Manual de Crédito Rural, já aplicadas na operação cotidiana do setor.

A clareza quanto às **competências institucionais e à articulação entre diferentes esferas de governo** será determinante para assegurar a continuidade, aplicabilidade e legitimidade da Plataforma. Sem esse aprimoramento, persistem riscos de contestações quanto à validade e abrangência das análises realizadas, sobretudo em temas que envolvem competências compartilhadas. Assim, é fundamental que o Mapa, em coordenação com demais ministérios e entes federativos, adote medidas para conferir plena legitimidade jurídica e institucional à Plataforma AB+S, ampliando sua aceitação no mercado e no ordenamento jurídico nacional.

A Plataforma AB+S poderá, no curto e médio prazo, apoiar exportadores na demonstração de conformidade com regulamentações internacionais, como a EUDR. Para isso, será fundamental **assegurar transparência sobre o desenvolvimento dos módulos da plataforma**, incluindo cronogramas e funcionalidades, permitindo o acompanhamento por parte da sociedade civil e dos agentes econômicos.

Além disso, sendo o Programa AB+S de adesão voluntária, é essencial **estabelecer um arcabouço de suporte e incentivos ao produtor rural**, capaz de estimular a adesão e mitigar resistências, especialmente diante do receio de exposição de passivos socioambientais. **Incentivos claros e uma comunicação assertiva** são indispensáveis para promover o engajamento, apoiar a requalificação fundiária, socioambiental e produtiva, e **reconhecer os produtores que adotam boas práticas**, ampliando seu acesso a **benefícios de mercado e financeiros**.

Ainda, é importante amadurecer o debate sobre o papel da Plataforma quanto à emissão de **pareceres de conformidade**. A decisão sobre se a Plataforma deve apenas disponibilizar bases integradas ou também realizar a interpretação dos dados e atestar a conformidade socioambiental das propriedades rurais é estratégica. Caso o governo assuma esse papel, a Plataforma AB+S agregará ainda mais valor às suas análises, consolidando-se como referência pública de qualificação. Contudo, essa opção exige coordenação interinstitucional, articulação política e a mitigação de eventuais riscos legais e operacionais.

A análise do estudo demonstra também a necessidade de que a Plataforma amplie seu escopo de reconhecimento a **certificações socioambientais amplamente aceitas no mercado internacional**, como RTRS, FSC, ProTerra, Rainforest Alliance, entre outras, especialmente para preencher lacunas de critérios relacionados a boas práticas agrícolas, manejo de solo, integração lavoura-pecuária-floresta e recuperação de áreas degradadas, onde o monitoramento público ainda é limitado. Além disso, recomenda-se que a Plataforma incorpore resultados de programas estaduais de rastreabilidade socioambiental, como o Selo Verde Pará e Minas Gerais, aproveitando os avanços locais e fortalecendo a rastreabilidade nacional.

Outro ponto crítico é o **monitoramento de direitos humanos e transição justa**, que precisa ser tratado de forma prática e transparente. A Plataforma tem o potencial de impulsionar o monitoramento do trabalho decente nas cadeias agropecuárias e da qualidade de vida das comunidades locais e povos indígenas. Isso pode ser feito por meio de certificações, auditorias de terceira parte, devida diligência e outros mecanismos, que vão além do monitoramento restrito à lista suja do trabalho análogo ao escravo do Ministério do Trabalho e Emprego e das sobreposições com Territórios Indígenas e Quilombolas.

Quando pensamos no papel da AB+S nas políticas públicas, fica evidente que ela pode **conectar os produtores com programas que in-**

**centivam a restauração de áreas degradadas**, a adoção de práticas agrícolas regenerativas, adesão a mercados de carbono voluntário e regulados e o acesso a financiamentos voltados para a transição sustentável. O Plano ABC+, o Planaveg e o PNCPD já têm diretrizes bem estabelecidas, mas falta um mecanismo que torne o acesso a esses planos e programas mais direto e eficiente. A plataforma pode ser esse elo, ajudando a transformar políticas bem-intencionadas em impactos reais na paisagem e na vida dos produtores.

Por fim, reforça-se a recomendação para o **estabelecimento de um grupo de assessoramento técnico multissetorial**, envolvendo representantes da sociedade civil, setor privado, instituições financeiras e órgãos públicos, para apoiar o desenvolvimento, teste e implementação da Plataforma. A criação deste grupo será fundamental para garantir que a Plataforma permaneça alinhada às necessidades práticas dos produtores, à evolução dos requisitos de mercado e à crescente exigência por transparência e responsabilidade socioambiental no setor agropecuário.

Ao longo deste processo, a **Coalizão Brasil** continuará mobilizando sua rede e aprofundando o diálogo com os governos federal e estaduais para garantir que a AB+S avance com legitimidade, robustez técnica e participação social. Acreditamos que uma **infraestrutura digital pública como essa, se bem construída, poderá representar uma nova geração de políticas públicas inteligentes, acessíveis e confiáveis**, com capacidade real de transformar a paisagem rural brasileira e valorizar quem produz com responsabilidade.

Andree Nery/iStock





## Recomendações Prioritárias da Coalizão Brasil ao Mapa para o fortalecimento da Plataforma AB+S

- 1.** Implementar a Plataforma AB+S com as bases de dados já disponíveis, assegurando sua operação inicial mesmo com funcionalidades ainda em desenvolvimento.
- 2.** Assegurar total transparência sobre os parâmetros adotados, permitindo que os usuários compreendam os critérios de avaliação utilizados e seus limites.
- 3.** Fortalecer a base jurídica da Plataforma, por meio de decreto interministerial ou normativos legais que garantam legitimidade e abrangência.
- 4.** Validar institucionalmente a Plataforma com o MMA, MDA e estados, promovendo confiança e integração federativa.
- 5.** Estabelecer critérios mínimos de qualificação socioambiental, com base em referências já consolidadas, como o TAC da Carne e o Manual de Crédito Rural.
- 6.** Criar incentivos claros para adesão voluntária de produtores, com comunicação estratégica e apoio à regularização fundiária, ambiental e produtiva.
- 7.** Reconhecer certificações e iniciativas estaduais de rastreabilidade e monitoramento, ampliando o escopo da Plataforma e fortalecendo o seu alinhamento com o mercado.
- 8.** Avançar no monitoramento de direitos humanos e trabalho decente, indo além do uso de listas públicas e sobreposições territoriais.
- 9.** Conectar a Plataforma a políticas públicas como ABC+, Planaveg, Pronaf, PNCPD e mercados de carbono.
- 10.** Formar grupo técnico multissetorial para assessoramento contínuo, garantindo alinhamento com os desafios da produção sustentável e com as exigências de mercado.

# Anexo

## Estrutura da Planilha

A planilha é estruturada em grupos de informações organizadas em linhas, cada uma detalhando uma regulamentação, certificação ou iniciativa específica. As informações estão distribuídas em colunas que oferecem uma visão completa sobre o escopo, aplicação e benefícios de cada item listado. A figura abaixo apoia o entendimento da estrutura da planilha, ilustrando a organização das iniciativas mapeadas e os critérios socioambientais e legais avaliados.

		Suporte e incentivo ao produtor	Iniciativas e demandas de mercado
Tipos de iniciativas mapeadas	Commodities	Tipos de suportes e incentivos ao produtor	Iniciativa
Regulamentações internacionais	Múltiplas commodities	Acesso ao mercado	EUDR
Regulamentações internacionais	Múltiplas commodities	Acesso ao mercado	UK Forest Risk Commodities (FRC)
Regulamentações internacionais	Múltiplas commodities	Acesso ao mercado	The US Forest Act
Regulamentações internacionais	Múltiplas commodities	Acesso ao mercado	US Policy Framework to Combat Commodity-Driven Illegal Deforestation
Compromissos públicos e privados	Carne bovina	Acesso ao mercado	Compromisso Público da Pecuária

1
2
3

Tabela 3 - Estrutura da planilha: Organização das iniciativas e critérios socioambientais

## Tipo de iniciativa mapeada (1)

### Regulamentações e Compromissos Públicos:

Inclui normas nacionais e internacionais que impactam diretamente a produção e comercialização de commodities. Estão contempladas regulamentações como a EUDR e outras políticas globais e locais que definem critérios socioambientais obrigatórios para o setor.

### Certificações de Mercado:

Abrange selos e certificações voluntárias adotadas por empresas para demonstrar conformidade com padrões socioambientais específicos. Essas certificações garantem boas práticas na produção e comercialização, agregando valor ao produto e ampliando o acesso a mercados exigentes.

### Programas de Incentivo Financeiro e Políticas Públicas:

Reúne mecanismos governamentais e privados que oferecem incentivos financeiros, como subsídios, linhas de crédito e benefícios fiscais. O objetivo é promover práticas sustentáveis e apoiar o cumprimento e monitoramento de regulamentações ambientais e sociais.

### Iniciativas Setoriais ou de Sustentabilidade Nacional:

Inclui programas e compromissos coletivos liderados por setores produtivos ou governos nacionais. Essas iniciativas visam promover práticas sustentáveis e alcançar metas ambientais e sociais por meio de protocolos, pactos e estratégias nacionais.

## Setor/commodity aplicável (2)

Indica os setores ou produtos aos quais cada regulamentação, certificação ou iniciativa se aplica (ex.: soja, carne bovina, múltiplas commodities).

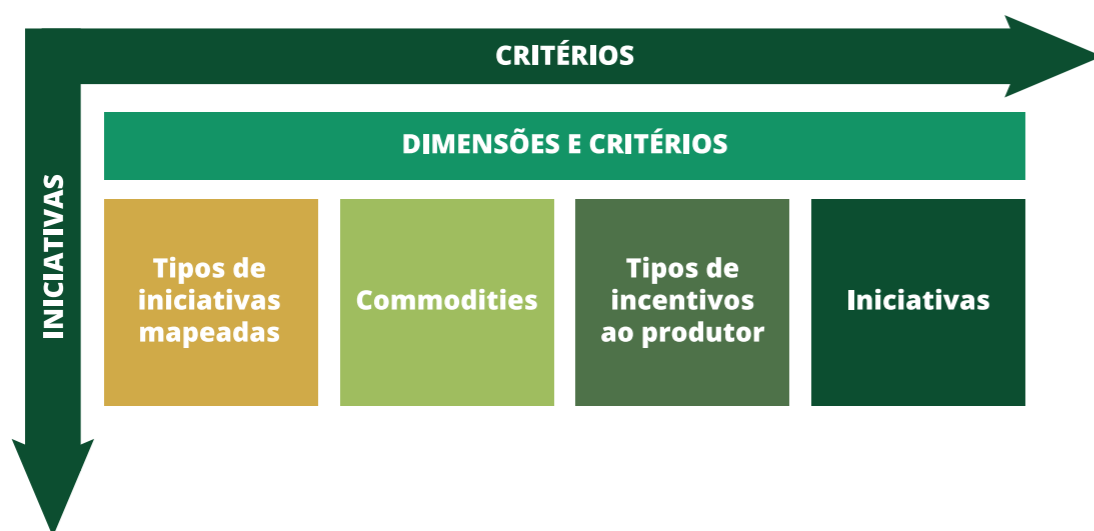
## Tipos de incentivos e benefícios ao produtor (3)

### Incentivo e Benefício ao Produtor:

Esta coluna está dividida em três categorias principais, que destacam os benefícios e requisitos para produtores:

1. **Acesso ao Mercado:** Refere-se a oportunidades, exigências ou facilidades que permitem aos produtores ou empresas comercializar seus produtos em mercados específicos, atendendo a padrões estabelecidos.
2. **Conformidade:** Relaciona-se ao cumprimento de normas, legislações ou padrões específicos exigidos para operar em determinados mercados ou setores, garantindo legalidade e aceitação comercial.
3. **Suporte e incentivo Financeiro:** Inclui benefícios econômicos como subsídios, linhas de crédito ou financiamentos, destinados a apoiar atividades produtivas e práticas sustentáveis.

### Como ler a planilha



Modelo de estruturação da planilha com base nas iniciativas e critérios socioambientais

A planilha foi estruturada com base em iniciativas mapeadas e os respectivos critérios socioambientais e legais, seguindo o modelo apresentado na figura.

#### 1º passo – Identifique o tipo de iniciativa mapeada

Comece localizando o tipo de iniciativa ao qual cada linha pertence. As ca-

tegorias foram extraídas dos documentos analisados e se organizam da seguinte forma:

- a. **Regulamentações e compromissos públicos** – Normas nacionais e internacionais que impactam a produção e comercialização de commodities.
- b. **Certificações de mercado** – Selos e certificações voluntárias que demonstram conformidade com critérios socioambientais.
- c. **Programas de incentivo financeiro e políticas públicas** – Mecanismos que oferecem benefícios econômicos para práticas sustentáveis e monitoram sua implementação.
- d. **Iniciativas setoriais ou de sustentabilidade nacional** – Programas coletivos que promovem práticas sustentáveis e metas ambientais.

#### 2º passo – Verifique a commodity aplicável

Identifique para qual setor ou commodity a linha se aplica. Exemplo: soja, carne bovina ou múltiplas commodities. Esta informação está relacionada à coluna “Commodities” na planilha.

#### 3º passo – Entenda os incentivos ao produtor

Cada iniciativa pode oferecer incentivos e benefícios ao produtor. Estes estão classificados em três tipos principais:

- a. **Acesso ao mercado** – Facilita a entrada em mercados específicos.
- b. **Conformidade** – Refere-se ao cumprimento de normas e padrões exigidos.
- c. **Suporte e incentivo financeiro** – Inclui subsídios, créditos ou outros benefícios econômicos.

Essa análise corresponde à coluna “Tipos de incentivos ao produtor”.

#### 4º passo – Analise as iniciativas e demandas de mercado

A planilha apresenta uma coluna dedicada às iniciativas mapeadas (30 no to-

tal), incluindo exemplos como EUDR, Moratória da Soja e Plano ABC. Revise essa seção para entender as exigências e oportunidades que cada iniciativa oferece ao mercado.

#### **5º passo – Avalie os critérios e indicadores**

Por fim, analise os critérios socioambientais e legais associados a cada iniciativa. Esses critérios estão organizados em diferentes dimensões:

- a.** Aspectos ambientais: Desmatamento, emissões de GEE, manejo do solo, entre outros.
- b.** Aspectos sociais: Trabalho escravo, trabalho infantil, direitos indígenas, etc.
- c.** Conformidade legal e licenciamento: Código Florestal, licenças ambientais.
- d.** Produção: Integração de sistemas produtivos, práticas agrícolas sustentáveis.
- e.** Compra responsável: Rastreabilidade, coleta de dados, balanço de massa.

Esses critérios são fundamentais para entender o alinhamento de cada iniciativa às exigências socioambientais e legais.

.....

